

## IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

ROSANA SACCO DOS ANJOS DOS SANTOS<sup>1</sup>; HERON CESAR SACCO  
DOS ANJOS DOS SANTOS<sup>2</sup>; RAQUEL SACCO DOS ANJOS DOS SANTOS<sup>3</sup>;  
VITORIA RIBEIRO JECK<sup>4</sup>; KATIA GISLAINE BAPTISTA GOMES<sup>5</sup>; NÁDIA  
VELLEDA CALDAS<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [rosanasanjos@gmail.com](mailto:rosanasanjos@gmail.com);

<sup>2</sup>Universidade Católica de Pelotas – [haicescout@hotmail.com](mailto:haicescout@hotmail.com);

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [tus.ca@hotmail.com](mailto:tus.ca@hotmail.com);

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [vitoriaribeirojeck@gmail.com](mailto:vitoriaribeirojeck@gmail.com);;

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gomeskat@hotmail.com](mailto:gomeskat@hotmail.com);

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – [velleda.nadia@gmail.com](mailto:velleda.nadia@gmail.com).

### 1. INTRODUÇÃO

A previdência social é o mais importante programa de distribuição de renda brasileiro. O assunto é muito atual e relevante, pois estamos em vias de implementar uma Reforma Previdenciária do qual se esperam grandes impactos não somente sobre a vida das pessoas, mas especialmente em termos da economia das pequenas e médias localidades do país. A realidade demonstra que o calendário de pagamento dos benefícios previdenciários é determinante para o funcionamento dos pequenos negócios, para a sustentação do tecido social e para a permanência das pessoas em seus locais de origem.

De importância capital, os recursos pagos aos aposentados e pensionistas rurais promovem a justiça social e a equidade sem ferir os pilares fundamentais de uma sociedade, sobretudo a ética do trabalho. O Brasil é um país onde sobressaem a desigualdade e a concentração de recursos produtivos, sobretudo a terra e o capital. O objetivo central desse estudo foi lançar luzes sobre esse debate.

### 2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base em levantamento de dados junto à Gerência Regional do INSS em Pelotas, e de pesquisa em sites governamentais, além de artigos acadêmicos e mídias eletrônicas. O eixo da análise envolve a comparação entre os recursos previdenciários e o fundo de participação dos municípios (FPM).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por definição, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) constitui-se numa modalidade de transferência de recursos do governo federal para o âmbito dos municípios, correspondendo a 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU):

A fixação dos coeficientes individuais de participação dos municípios no FPM é efetuada com base nas populações de cada município brasileiro – enviadas ao Tribunal pelo IBGE até o dia 31 de outubro de cada exercício – e na renda per capita de cada estado, que também é informada pelo IBGE. Para os fins do cálculo das quotas referentes aos fundos de participação, o IBGE publica no Diário Oficial da União, até o

dia 31 de agosto de cada ano, a relação das populações por estados e municípios.

Os valores aportados pela União são variáveis e dependentes do total arrecadado em IPI e IR. A Previdência Social, como aludimos anteriormente, é uma importante fonte de recursos para os municípios, fortalecendo a economia local, redistribuindo renda, servindo como política pública, diminuindo a pobreza, e evitando o êxodo rural. Junto ao artifício midiático de insistir na tese de que a previdência social é deficitária, o Governo Federal continua concedendo renúncias fiscais, desonerações e desvinculações de receitas, além de se mostrar totalmente ineficaz na cobrança dos devedores. O quadro apresentado no estudo da ANFIP/DIEESE aponta a estimativa da sonegação fiscal no Brasil. Os dados são alarmantes e ratificam a tese que não há déficit na Previdência Social. Os autores do estudo fazem a seguinte ponderação:

Em suma, é surpreendente que no mesmo mês em que o governo lança a PEC 287, sob o argumento de que “Sem reforma, não há futuro”, porque haveria um suposto “déficit” na Previdência, de R\$85 bilhões, o mesmo governo perdoe e premie os inadimplentes em dívidas bilionárias. Sem reforma, não há futuro para quem? (ANFIP-DIEESE, 2017, p. 189; aspas no original).

O que estes e outros estudos buscam sublinhar é que não estão claramente evidenciados os argumentos que justifiquem uma reforma daquela que é considerada como a mais republicana política pública da história do país. Toda e qualquer mudança deveria ser resultado de uma auditoria que trouxesse à tona os números da previdência social, assim como o efeito produzido por medidas lesivas como a desvinculação das receitas da União.

Tabela 1. Número total de municípios do Brasil e número de municípios onde os benefícios do INSS superam o volume de recursos do FPM no ano de 2011.

| Região          | Total de Municípios | Total de municípios onde os benefícios do INSS superam o FPM | %      |
|-----------------|---------------------|--|--------|
| Norte           | 449                 | 218  | 48,55% |
| Nordeste        | 1.794               | 1.184  | 66,00% |
| Sudeste         | 1.668               | 1.226  | 73,50% |
| Sul             | 1.188               | 881  | 74,16% |
| Centro-Oeste    | 466                 | 265  | 56,87% |
| Total no Brasil | 5.565               | 3.774  | 67,82% |

Fonte: Revista da Previdência Social, publicação do Ministério da Previdência Social (Ano II, Nº4, setembro-dezembro de 2012, p.12).

Dados da ANFIP, sobre a economia dos municípios brasileiros, relativamente a dezembro de 2014, informam que em 3.875 dos 5.568 municípios (70% do total) os repasses previdenciários superam o valor do Fundo de Participação dos Município. E, ainda, em 4.589 municípios (82%) os pagamentos aos beneficiários do INSS superam a arrecadação municipal. São dados muito emblemáticos e que levam preocupação acerca dos potenciais efeitos da Reforma da Previdência proposta pelo governo federal para o presente e o futuro nos municípios brasileiros. Podemos inferir que os benefícios pagos pela Previdência Oficial são cruciais para a economia dos municípios. O esforço de trazer novos dados sobre o tema em apreço dentro da região de influência da



UFPel fez com que buscássemos informações atualizadas junto à Gerência Executiva do INSS.

Tabela 2. População total, Benefícios mantidos em maio/2017 e FPM nos municípios de Pelotas e Região.

| Benefícios Mantidos em maio 2017 |                      |  |  |  |                       |   |
|----------------------------------|----------------------|--|--|--|-----------------------|---|
| Municípios                       | População Censo 2010 | Benefícios Mantidos Quantidade 05/2017 | % de Benefícios em relação à População | Benefícios Mantidos Valores 05/2017 em R\$ | FPM em 06/2017 em R\$ | % do FPM em relação aos Valores de Benefícios |
| Canguçu                          | 53.268               | 16.942                                 | 31,81%                                 | 16.045.292,96                              | 1.794.224,17          | 11,18%  |
| Morro Redondo                    | 6.231                | 2.002                                  | 32,13%                                 | 2.032.162,65                               | 489.333,87            | 24,08%  |
| Pedro Osório                     | 7.817                | 2.394                                  | 30,63%                                 | 2.620.986,36                               | 489.333,87            | 18,67%  |
| Pelotas                          | 327.778              | 77.043                                 | 23,50%                                 | 92.474.979,98                              | 4.313.023,24          | 4,66%   |
| <b>Total</b>                     | <b>395.094</b>       | <b>98.381</b>                          | <b>24,90%</b>                          | <b>113.173.421,95</b>                      | <b>7.085.915,15</b>   | <b>6,26%</b>                                  |

Fonte: Pesquisa de Campo (dados fornecidos pela Gerência Executiva do INSS Pelotas, em julho de 2017, Censo Demográfico (IBGE, 2010) e Tesouro Nacional).

Analisando os dados apresentados, observamos que os recursos previdenciários são aproximadamente 16 vezes o montante total do FPM no grupo de municípios estudados, demonstrando o peso que representa o aporte de benefícios da Previdência social na economia destes municípios.

### A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS PROVÁVEIS EFEITOS

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 287/2016 é de autoria do Executivo e deveria passar por um amplo debate do qual participassem todos os atores que por ela serão afetados, principalmente os trabalhadores, que estão sendo aliados do processo e que pouco participam do debate.

A ANFIP e DIEESE elaboraram estudo (*Previdência: Reformar para Excluir?*) que apresenta dados relevantes, desmistificando a tese do déficit da previdência, propondo alternativas para o enfrentamento do assunto e trazendo importantes questionamentos. Pinçamos um deles, que diz:

Em função do caráter excludente das propostas de mudança, e para se evitar uma nova “tragédia anunciada” – como, a crise do sistema prisional, por exemplo, apontada dessa forma por diversos analistas –, alerta-se que o infortúnio da desproteção social pode estar começando a ser tecido agora. Nesse sentido, as questões cruciais que deveriam orientar a reflexão da sociedade, dos parlamentares, dos jornalistas e do movimento social devem ser: que país queremos e que país a reforma da Previdência projeta para meados do século 21? (*Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira* - Brasília: ANFIP/DIEESE; 2017 p.196; aspas no original).

Junto ao artifício midiático de insistir na tese de que a previdência social é deficitária, o Governo Federal continua concedendo renúncias fiscais, desonerações e desvinculações de receitas, além de se mostrar totalmente



ineficaz na cobrança dos devedores. O quadro apresentado no estudo da ANFIP/DIEESE aponta a estimativa da sonegação fiscal no Brasil, os dados são alarmantes e ratificam a tese que não há déficit na Previdência Social. O que tais estudos indicam é que precisamos combater a sonegação fiscal, fiscalizar efetivamente e usar o arcabouço legal já existente para reaver a dívida ativa da união. Os autores do estudo fazem a seguinte ponderação,

Em suma, é surpreendente que no mesmo mês em que o governo lança a PEC 287, sob o argumento de que “Sem reforma, não há futuro”, porque haveria um suposto “déficit” na Previdência, de R\$85 bilhões, o mesmo governo perdoe e premie os inadimplentes em dívidas bilionárias. Sem reforma, não há futuro para quem? (ANFIP-DIEESE, 2017, p. 189; aspas no original).

Estudo desenvolvido por Caldas e Sacco dos Anjos (2007) mostram os avanços no combate à pobreza rural desde que foi aprovada a nova constituição e a legislação complementar que estendeu os direitos previdenciários à população rural. O que estes e outros estudos buscam sublinhar é que não estão claramente evidenciados os argumentos que justifiquem uma reforma daquela que é considerada como a mais republicana política pública da história do país. Toda e qualquer mudança deveria ser resultado de uma auditoria que trouxesse à tona os números da previdência social, assim como o efeito produzido por medidas lesivas como a desvinculação das receitas da União. Apesar da importância do tema, esse assunto extrapola os objetivos desse artigo.

#### 4. CONCLUSÕES

O que estamos assistindo hoje é mais um capítulo de injustiça social em que os mais desamparados pagarão o ônus do desajuste fiscal e do descontrole dos recursos públicos. O esforço legítimo de trabalhar em favor da retomada do crescimento econômico não pode ser usado como argumento para a retirada de direitos sociais que foram conquistados ao longo da história nacional. Os mais desamparados do campo e da cidade não podem ser penalizados por uma sociedade onde os privilégios se impõem sobre os direitos mais elementares dos cidadãos.

Temos convicção que, se aprovada como foi proposta, a Reforma da Previdência será o marco entre o abandono do Estado Social (da Constituição Federal de 1988) e a inserção do país no Estado Mínimo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFIP/DIEESE (2017). **Previdência: Reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira** – Brasília: ANFIP/DIEESE; 2017 212p. ISBN:978-85-62102-24-0

ANFIP na Mídia: **Previdência Social, 90 anos combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais (Congresso em Foco e A Voz do Cidadão)**. Disponível em: [https://www.anfip.org.br/noticia.php?id\\_noticia=14332](https://www.anfip.org.br/noticia.php?id_noticia=14332). Acesso em Jun 2017

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio . **Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza?** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 24, p. 131-158, 2007